



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

Pça Dr. Castilho nº 10, Centro, Presidente Olegário – MG – CEP: 38750-000  
[procuradoria@po.mg.gov.br](mailto:procuradoria@po.mg.gov.br) / [assessoriajuridica@po.mg.gov.br](mailto:assessoriajuridica@po.mg.gov.br)

**PARECER JURÍDICO**

Edital: **Pregão 030/2018**

Processo: **000046/2018**

**Referência:** Pedido de Impugnação de Edital /Pedido de alteração de itens/ Retificação de Edital

**Empresas:** Comercial Soares e Mota LTDA – CNPJ nº 08.648.188/0001-90

**Objeto:** Aquisição de Equipamentos Hospitalares e Odontológicos

Trata-se da análise da impugnação ao Edital do Pregão em epígrafe com pedidos de alteração da especificação do item 4 – Cardioversor Bifásico, interposto tempestivamente.

**DOS PLEITOS**

A empresa **Comercial Soares e Mota LTDA**, em síntese alega que a descrição do item 04, contida no Edital do Pregão Presencial nº 030/2018 do processo licitatório nº 046/2018 restringe a concorrência por conter especificação que só poderá ser atendida por uma empresa, motivo pelo qual requer *"a readequação da especificação técnica do item 04 (cardioversor), de forma mais genérica e clara, a fim de que, não haja cerceamento de participação no processo licitatório (...)"* e a *"republicação do Edital, devidamente corrigido, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto"*.

*Geagel*  
↓

**DA TEMPESTIVIDADE**

A Empresa Impugnante fundamenta a tempestividade da sua impugnação no art. 12, do Decreto 3.555, de 08 de agosto de 2000, no entanto, essa norma aplica-se

②

apenas no âmbito federal, ou seja, apenas para os pregões realizados pela União, conforme dispões art. 1º da referida norma.

*Art. 1ª Fica aprovado, na forma dos Anexos I e II a este Decreto, o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da União.*

Para os pregões realizados nesta Municipalidade utiliza-se o regramento estabelecido pelo Decreto Municipal nº 319/2006, que em seu art. 9º, assim dispõe:

*Art. 9º Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.*

Tendo em vista que a norma municipal prevê o mesmo prazo para impugnação, a impugnação ora apreciada foi apresentada tempestivamente

## **DA APRECIÇÃO**

Importante ressaltar que os questionamentos são técnicos e fogem ao conhecimento da Procuradoria Municipal, desta forma, foi encaminhada a presente impugnação ao setor técnico para análise.

A área técnica, através da Coordenadora Hospitalar, Veronica Resende Ferreira e Silva, manifestou-se parcialmente favorável aos termos da impugnação de modo a acatar as razões da empresa impugnante para fazer as alterações no edital no que tange à dimensão mínima em diagonal visível do monitor para 6,5 polegadas.

No que tange ao número mínimo de curvas de ECG a ser apresentado em tela pelo aparelho em questão, o setor técnico afirma tratar-se de informação imprescindível para uma adequada avaliação e monitoramento do paciente em situação grave em transporte para Município vizinho.

Nesse ponto é importante ressaltar que a licitação deve sempre buscar a contratação mais vantajosa para a Administração Pública, devendo assim ser considerada aquela que com um menor gasto atenderá com efetividade e qualidade as necessidades dos Municípios.

A administração não pode, em hipótese nenhuma, pensar apenas em economia, uma vez que a economia analisada isoladamente poderá ferir a eficiência do serviço público oferecido.

Dessa forma, no que tange a alegação da impugnante de que uma especificação mais genérica atingirá melhor os objetivos da Administração não é uma premis-

*Gracelly*

*(assinatura)*

sa verdadeira. Na verdade, uma descrição aberta de um produto de tamanha relevância como um cardioversor bifásico fará com que até se tenha muitos produtos ofertados e preços bem competitivos, mas fará com que a Administração Pública adquira um produto que não atingirá a sua finalidade, colocando em risco a vida de um paciente transportado em estado grave.

Assim, considerando a manifestação da área técnica, e buscando cumprir os requisitos constitucionais que regem a Administração Pública entendemos que a contratação mais vantajosa para o Município será aquela em que se adquirirá um produto de qualidade, com capacidade de atender a população da forma mais eficiente e segura e com o melhor preço, motivo pelo qual, somos pelo deferimento parcial do pedido, de modo a fazer as alterações e especificações técnicas exigidas no edital, **conforme exposto pelo setor técnico**.

Por tanto somo pelo acatamento parcial das razões da impugnação.

## **CONCLUSÃO:**

Diante do exposto, mediante os fatos e razões apontadas, respeitados os preceitos e normas das Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02 e suas alterações posteriores, esta Procuradoria Jurídica amparada na concordância da área técnica, entende pela **Procedência Parcial do Pedido** de impugnação e os pedidos de alteração do edital quanto as exigências questionadas nos moldes indicados pelo setor técnico.

Este é o parecer s.m.j.

Presidente Olegário/MG, 07 de maio de 2018.

  
**Amely Maria de Almeida Pinheiro**  
Procuradora Municipal  
OAB/MG 128.148

  
**Valdeir Antônio Roque**  
Assessor Jurídico  
OAB/MG 143.243

  
**Gracielle de Souza Pinheiro**  
Estagiária-Procuradoria - Mat.6205

**Steffany Barbara Silva**  
Estagiária-Procuradoria - Mat.6207

